

ADRIANA L. CARDINALI STRAUBE
ANTÔNIO MÁRCIO DA CUNHA GUIMARÃES
ASDRUBAL FRANCO NASCIMBENI
CLÁUDIO FINKELSTEIN
CHRISTIANA BEYRODT CARDOSO
FREDERICO GUSTAVO STRAUBE
ORGANIZADORES

ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESTUDOS EM HOMENAGEM AO DR. FREDERICO JOSÉ STRAUBE

Adolfo Braga Neto
Adriana L. Cardinali Straube
Adriano Stagni Guimarães
Alexandra de Sousa Lopes Alexandre
Tadeu Navarro P. Gonçalves Ana
Carolina Martins Santoro
Ana Carolina Nogueira
Ana Gerdau de Borja Mercereau Ana
Paula Ribeiro Nani
Antonio Luiz Sampaio de Carvalho
Antônio Márcio da Cunha Guimarães
Arnoldo de Paula Wald Arnoldo Wald
Caio Campello de Menezes
Camila Macedo Simão
Carlos Eduardo Montes Netto
Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes
Cláudio Finkelstein
Eduardo Silva da Silva
Eleonora Coelho
Fabio Alonso Vieira
Francisco Prol
Glauco da Rocha
Guillaume Horsmans
Gustavo Justino de Oliveira
Guy Horsmans
Helena Najjar Abdo

José Antônio Franco Caiado
Lara Fernanda Yokota
Lise de Almeida
Louise Maia de Oliveira
Loukas Mistelis
Luciano Benetti Timm
Luiz Gustavo Bacelar
Luíza H. C. Kömel
Manuela Albertoni Tristão
Marcelo Junqueira Inglez de Souza
Marciele Witeki de Almeida
Mária Eduarda Mousinho Lins e Silva
Maria Isabel Gonç. Montes
Mariana de Araújo M. Lima Di Pietro
Marike Paulsson
Matheus Carneiro Lima
Maurício Gomm F. dos Santos
Napoleão Casado Filho
Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira
Patrícia Shiguemi Kobayashi
Paulo Fernando C. Salles de Toledo
Roberto Pasqualin
Rodrigo Salton
Sérgio de Freitas Costa
Thiago D'Aurea Cioffi Santoro
Biazotti Thiago Marinho Nunes
Véra Jacob de Fradera
Vincent Horsmans

QUARTIER LATIN

20 Anos

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

STRAUBE, Adriana L. Cardinali. **GUIMARÃES**, Antônio Márcio da Cunha. **NASCIMBENI**, Asdrubal Franco. **FINKELSTEIN**, Cláudio. **CARDOSO**, Christiana Beyrodt. **STRAUBE**, Frederico Gustavo - **Organizadores**. *Arbitragem, mediação e outros métodos alternativos de resolução de conflitos. Estudos em homenagem ao Dr. Frederico José Straube*

Arbitragem, mediação e outros métodos alternativos de resolução de conflitos. Estudos em homenagem ao Dr. Frederico José Straube. / **STRAUBE**, Adriana L. Cardinali. **GUIMARÃES**, Antônio Márcio da Cunha. **NASCIMBENI**, Asdrubal Franco. **FINKELSTEIN**, Cláudio. **CARDOSO**, Christiana Beyrodt. **STRAUBE**, Frederico Gustavo. (Orgs) - 1ª ed. - São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-230-4

1. Arbitragem 2. Mediação 3. Métodos alternativos 4. Procedimento
5. Regulamentos 6. Árbitros 7. Processos Arbitrais. 1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Sobre os Organizadores.....	19
Prefácio por José Alexandre Tavares Guerreiro.....	23

I. Frederico Straube e a Arbitragem. Sua participação na implantação e desenvolvimento da Arbitragem no Brasil, 27

Antonio Luiz Sampaio de Carvalho

II. Mediação e sua Perspectiva Contratual – O Compartilhamento de Ideias e Ideais com Frederico José Straube, 33

Adolfo Braga Neto

Introdução	33
1. Frederico Straube: de arbitralista renomado a grande incentivador da Mediação Institucional no contexto empresarial com a perspectiva contratual e sua preparação	35
2. A preparação como elemento de estruturação contratual – Pré-mediação ou Reunião Prévia.....	37
3. Os instrumentos contratuais da Mediação.....	39
3.1. Cláusula de Mediação	45
3.2. Termo de Mediação	47
Considerações Finais	49
Bibliografia	49

III. A Aplicação da Convenção de Singapura na Mediação Insolvencial Brasileira, 51

Luiz Gustavo Bacelar

1. Introdução	51
2. Insolvência Transnacional	51
3. A Convenção de Singapura	54
3.1 A aplicação da convenção de Singapura no Direito Insolvencial Brasileiro	59
4. Conclusões.....	61
Referências	61

IV. Procedimentos Híbridos e a Arbitragem: Uma Nova Reflexão, 63

Caio Campello de Menezes

Introdução	63
Modelos híbridos de solução de conflitos	65
(i) Mediação-Arbitragem (“Med-Arb”)	66
(ii) Arbitragem-Mediação (“Arb-Med”).....	69
Gargalos a serem superados	72
Propostas de endereçamento.....	76
Referências bibliográficas	78

V. Uma Análise Econômica da Arbitragem no Brasil: Desmistificando seu “Custo Elevado”, 79

Luciano Benetti Timm e Ana Paula Ribeiro Nani

Introdução	79
1. A escolha quanto ao método de resolução de controvérsias	81
2. Estrutura de incentivos: arbitragem <i>vs.</i> Judiciário	82
2.1. Redução dos custos de transação.....	83
(A) Celeridade do Procedimento.....	85
(B) Qualificação das Decisões	86
(C) Imparcialidade dos Árbitros.....	88
(D) Confidencialidade no Julgamento.....	90
(E) Custo Monetário-Financeiro do Processo.....	91
2.2. Redução dos custos de oportunidade	94
(A) A demora, no processo judicial, para a alocação da propriedade.....	94
(B) O problema da estrutura de incentivos do Sistema Judiciário brasileiro...95	95
2.3. Um sistema de incentivos mais adequado para o cumprimento das obrigações entre as partes	97
Conclusão.....	98
Referências bibliográficas	99

VI. Diversidade e Inclusão Social nas Câmaras de Arbitragem Brasileiras: A Necessidade de Avanços, 101

Fabio Alonso Vieira

I. Introdução.....	101
II. Diversidade e Inclusão: conceitos e alcance	102

III. A Diversidade e a Inclusão nas Instituições Brasileiras de Mediação e Arbitragem.....	104
(a) AMCHAM.....	105
(b) CAM-CCBC	106
(c) CIESP/FIESP	108
(d) CAMARB.....	109
(e) Outras Câmaras de Mediação e/ou Arbitragem.....	109
IV. As lacunas encontradas e o modelo CCI.....	111
V. Conclusão.....	113
VI. Bibliografia	114

VII. Os Atuais Desafios das Instituições Arbitrais Frente às Novas Tecnologias e a Arbitragem Online, 115

Mariana de Araújo M. Lima Di Pietro

1. Notas sobre o homenageado	115
2. Introdução: O papel das instituições arbitrais frente ao desenvolvimento tecnológico.....	116
3. O conceito de arbitragem institucional e arbitragem “ad hoc”.....	117
4. O impacto da tecnologia nas práticas institucionais.....	120
a. Serviços administrativos-financeiros	120
b. Serviços decisórios	124
5. Arbitragem <i>online</i>	125
6. Conclusões.....	126
7. Referências Bibliográficas	127

VIII. O Papel das Instituições Arbitrais no Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil, 129

Carlos Suplicy de Figueiredo Forbes e Marcielle Witeki de Almeida

1. Introdução	129
2. Arbitragem <i>ad hoc</i> e arbitragem institucional	131
2.1. Arbitragem <i>ad hoc</i>	131
2.2. Arbitragem Institucional.....	134
3. As contribuições das instituições arbitrais para o desenvolvimento da arbitragem no Brasil	135
3.1 Regulamento de Arbitragem	137
3.2. <i>Know-How</i> na Administração de Procedimentos	139

3.3. Gerenciamento Administrativo e Financeiro de Procedimentos	141
3.4. Segurança Jurídica, Transparência e Previsibilidade	142
3.5. Lista de Árbitros e Infraestrutura	143
3.6. Promoção da Arbitragem por meio de Atividades Institucionais.....	144
4. Das práticas consolidadas aos desafios futuros	145
5. Considerações finais.....	147
Referências bibliográficas	147

IX. História dos Regulamentos de Arbitragem do CAM-CCBC, 149

Patrícia Shiguemi Kobayashi e Luíza H. C. Kömel

1. Introdução	149
2. Retrospectiva dos regulamentos do CAM-CCBC	150
2.1. Regulamento de 1979	151
2.2. Regulamento de 1998	153
2.3. Regulamento de 2012	156
2.3.1. As principais alterações do Regulamento de 2012	158
2.3.2. Resoluções Administrativas	165
3. Enfim, o Regulamento de 2022	170
4. Conclusão	177
Referências bibliográficas	178

X. Arbitragem Expedita: Novos Regulamentos e Perspectivas, 179

Marcelo Junqueira Inglês de Souza e Ana Carolina Nogueira

1. Introdução: arbitragem expedita vs. Arbitragem Tradicional	179
2. Regulamentos sobre Arbitragem Expedita	181
2.1. Organização das Nações Unidas (UNCITRAL).....	181
2.2. Câmara Americana de Comércio (AMCHAM).....	182
2.3. Câmara de Arbitragem Internacional de Paris (CAIP).....	182
2.4. Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação do CIERGS (CAMERS).....	183
2.5. Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC).....	184
2.6. Câmara de Comércio Internacional (ICC)	185

2.7. Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (FIESP)	186
2.8. Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial-Brasil (CAMARB)	187
2.9. Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC)	189
2.10. Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA)	190
2.11. Centro de Arbitragem Internacional de Hong Kong (HKIAC)....	192
2.12. Centro de Arbitragem Internacional de Singapura (SIAC)	193
2.13. Centro de Arbitragem Internacional de Viena (VIAC).....	194
2.14. Centro Internacional para a Resolução de Disputas (ICDR)	195
2.15. Centro Internacional para a Resolução de Disputas de Investimentos do Banco Mundial (ICSID).....	197
2.16. Câmara de Comércio de Estocolmo (SCC).....	198
2.17. Instituto Internacional para a Prevenção e Resolução de Conflitos (CPR).....	199
3. Conclusão: Perspectivas sobre o Futuro da Arbitragem Expedita no Brasil	200
4. Referências.....	203
Livros, artigos, teses e periódicos	203
Jurisprudência e decisões arbitrais	204

XI. Arbitragem sem Câmara?, 207

Eduardo Silva da Silva

Introdução	207
PARTE I – Razões para a administração autônoma dos procedimentos.....	209
A) O desafio do custo da Arbitragem.....	210
B) Maior adequação, legitimidade e liberdade	212
PARTE II Uma proposta de criatividade, inteligência e entusiasmo... 214	
A) Uma norma da Arbitragem Universal	215
B) Autoridade para solução de impasses.....	216
Conclusão.....	217
Referências bibliográficas	219

XII. A (Baixa) Relevância das Listas de Árbitros para as Arbitragens Envolvendo a Administração Pública, 221

Gustavo Justino de Oliveira e Manuela Albertoni Tristão

1. Sobre nosso dileto Homenageado: o Fildago da Arbitragem no Brasil.....	221
2. Panorama geral da utilização das Listas de Árbitros na arbitragem doméstica	225
3. A Administração Pública e as Listas de Árbitros: baixa relevância?.....	231
4. Sinalizações Finais	236
Bibliografia	237

XIII. Os Comitês de Resolução de Disputas nos Contratos Administrativos, 239

Arnoldo Wald e Arnaldo de Paula Wald

I. Introdução	239
II. Histórico dos Comitês de Resolução de Disputas	241
III. Inovação para resolução de disputas prevista na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (“Lei 14.133 de 2021”)	243
IV. Reflexos dos Comitês de Resolução de Disputas nos contratos com a Administração Pública	245
V. Conclusão.....	247

XIV. A Arbitragem Institucional com a Administração Pública em Matéria Tributária, 249

Roberto Pasqualin

1. Straube, grande ser humano que deixa enorme legado.....	249
2. A arbitragem institucional e sua utilidade operacional e segurança jurídica	250
3. A arbitragem em matéria tributária processada em câmaras privadas	253

XV. A Arbitragem Tributária em Portugal, 257

Alexandra de Sousa Lopes e José António Franco Caiado

1. Breves notas sobre a arbitragem em Portugal.....	257
2. O Centro de Arbitragem Administrativa (“CAAD”)	259
3. Aspetos do Regime Jurídico da Arbitragem Tributária.....	262
3.1. A arbitragem tributária como arbitragem voluntária	262
3.2. A proibição do recurso à equidade	264

3.3. A competência dos tribunais arbitrais tributários.....	264
3.4. Funcionamento do tribunal arbitral tributário	265
3.5. A irrecorribilidade das decisões arbitrais tributárias.....	268
4. A experiência prática da arbitragem tributária em Portugal.....	269
Bibliografia	271

XVI. O Dever de Revelação dos Árbitros no Direito Brasileiro, 273

Eleonora Coelho e Louise Maia de Oliveira

Introdução	273
1. A função do dever de revelação.....	274
2. A extensão e contornos do dever de revelação.....	276
2.1. O objeto do dever de revelação é restrito	277
2.2. Os fatos a serem revelados não equivalem a impedimentos para atuação do árbitro	281
2.3. As partes têm papel essencial no cumprimento do dever de revelação pelo árbitro.....	283
3. A anulação de sentença arbitral por falha no cumprimento do dever de revelação.....	285
4. Conclusão	288
Referências Bibliográficas.....	289

XVII. A Confidencialidade nos Processos Arbitrais: Características, panorama atual e desafios, 291

Paulo Fernando Campos Salles de Toledo e Glauco da Rocha

1. Características da confidencialidade na arbitragem.....	291
2. A confidencialidade do processo arbitral em âmbito nacional.....	294
3. A confidencialidade em âmbito internacional.....	295
4. A constitucionalidade do inciso IV do artigo 189 do CPC.....	298
5. Exceções	304
6. Conclusão	308
Bibliografia	309

XVIII. Extensão Subjetiva da Cláusula Compromissória e a Desconsideração da Personalidade Jurídica, 311

Cláudio Finkelstein e Maria Isabel Gori Montes

1. Do recorte material e a desconsideração da personalidade jurídica no Brasil	312
2. O 'consentimento' e a sua colocação no âmbito da realidade comercial atual.....	315
3. A jurisprudência nacional	320
4. Da possibilidade de aferição de um consentimento tácito à luz do cometimento de abuso ou confusão patrimonial.....	323
5. Conclusão	324

XIX. A Flexibilidade Temporal na Arbitragem, 327

Thiago Marinho Nunes

Introdução	327
I. A regra habitual: a flexibilidade do uso do tempo na arbitragem.....	329
A. A flexibilidade temporal refletida pela autonomia da vontade das partes	329
B. Flexibilidade temporal refletida nos regulamentos de arbitragem	331
(i) Regulamentos nacionais	332
(ii) Regulamentos internacionais	333
II. A anormalidade: a desnecessidade da rigidez ou excessivo rigorismo no tratamento dos prazos na arbitragem	336
A. O rigorismo excessivo contrário ao espírito da arbitragem.....	336
B. Desnecessidade do rigorismo excessivo pela ausência de incerteza.....	340
Conclusão.....	342
Referências Bibliográficas.....	343

XX. Imparcialidade na Perícia Arbitral. Direito Brasileiro e Comparado, 345

Napoleão Casado Filho e Maria Eduarda Mousinho Lins e Silva

1. Imparcialidade na prova pericial	345
2. Regramento da prova pericial na arbitragem doméstica.....	346
3. Regramento da prova pericial na arbitragem internacional.....	349
3.1. <i>IBA rules on the taking of evidence</i>	349

3.2. <i>Guideline n. 7 – Party appointed and tribunal appointed expert witnesses</i>	351
3.3. Regras de Praga	353
4. Considerações finais.....	355

XXI. Arbitragem por Equidade, 357

Véra Jacob de Fradera e Rodrigo Salton

Introdução	357
Parte I: A lei brasileira de arbitragem e a previsão de recurso à equidade, quando autorizada pelo legislador.....	361
A. Os sentidos da expressão “julgamento por equidade” na lei brasileira de arbitragem	361
B. Limitações legais da “arbitragem por equidade”.....	362
Parte II: A aplicação da equidade na arbitragem em esfera não nacional.....	365
A. Arbitragem por equidade na experiência internacional.....	365
B. Potencial de aplicação da arbitragem por equidade, no Brasil	368
Conclusões	371
Referências	371

XXII. Árbitro de Emergência e o Caso das *Anti-Suit Injunctions* a Favor da Arbitragem, 373

Ana Gerdau de Borja Mercereau e Lara Fernanda Yokota

Introdução	373
1. Procedimento perante o árbitro de emergência.....	380
1.1. Análise preliminar.....	381
1.2. Análise de mérito.....	383
1.3. Questões processuais.....	385
2. <i>Anti-suit injunctions</i> concedidas por árbitros de emergência	386
2.1. Análise de mérito.....	387
2.2. Penalidades e indenizações decorrentes do descumprimento da cláusula arbitral.....	391
Bibliografia	392

XXIII. Produção Antecipada de Prova e Jurisdição Arbitral, 395

Alexandre Tadeu Navarro Pereira Gonçalves e

Thiago D'Aurea Cioffi Santoro Biazotti

I. Considerações iniciais	395
II. A produção antecipada da prova	397
III. A produção antecipada da prova com o requisito urgência e a jurisdição arbitral	401
IV. A produção antecipada da prova sem o requisito urgência e a jurisdição arbitral	405
V. Conclusão.....	409
Referências	410

XXIV. Normas de Exclusão da Prova Ilícita em Arbitragens Domésticas e Internacionais, 413

Matheus Carneiro Lima e Helena Najjar Abdo

Introdução	413
1. As provas ilícitas no Direito Brasileiro.....	414
1.1. Provas Ilícitas no Direito Comparado.....	416
2. Modelos de exclusão de prova ilícita.....	422
2.1. O modelo de dissuasão	422
2.2. O modelo de equidade	427
2.3. O modelo brasileiro (modelo de direitos fundamentais).....	430
Conclusões	434

XXV. Racionalidade das Decisões Arbitrais, 437

Lise de Almeida e Sérgio de Freitas Costa

(a) Viés de Confirmação	448
(b) Autosserviço, Autoconveniência.....	450
(c) Enquadramento.....	451
(d) Atitude.....	452
(e) Retrospectiva (“Hindsight bias”)	453
(f) Ancoragem com ajuste imperfeito.....	454
(g) Disponibilidade.....	456
(h) Representatividade.....	457
Algumas conclusões.....	458

**XXVI. A Execução da Sentença
Arbitral em Face da Fazenda Pública, 461**

Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira e Carlos Eduardo Montes Netto

Introdução	461
A execução da sentença arbitral em face da fazenda pública.....	463
Considerações finais	467
Referências	467

**XXVII. Arbitragem e Defesa da Concorrência:
da compatibilidade aos desafios, 471**

Adriana L. Cardinali Straube

1. Uma singela homenagem.....	471
2. Introdução	471
3. Os vários aspectos da Defesa da Concorrência	472
4. Os precedentes dos Estados Unidos e da União Europeia que permitiram a arbitrabilidade na defesa da concorrência.....	474
5. A utilização da arbitragem no Direito Concorrencial a experiência brasileira.....	478
6. As hipóteses da arbitragem no Direito Concorrencial	481
7. Desafios	486
Conclusão.....	487
Referências bibliográficas	488

**XXVIII. Breve Análise sobre a Arbitragem no
Brasil e Reino Unido (Inglaterra e País de Gales), 491**

Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Adriano Stagni Guimarães

1. Prolegômenos	491
2. Introdução	492
3. Arbitragem no Brasil	493
3.1. Histórico da arbitragem no Brasil.....	494
3.2. Arbitragem na atualidade (no Brasil).....	495
3.3. Perspectivas (no Brasil)	496
4. Arbitragem no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales).....	497
4.1. Atual estrutura legislativa.....	497
4.2. Corte Internacional Arbitral de Londres (LCIA – London Court of International Arbitration).....	498

4.3. Características comuns da arbitragem no Brasil e no Reino Unido (Inglaterra e País de Gales)	500
5. Conclusões	501
Referências Bibliográficas	502

XXIX. A Evolução do Federal Arbitration Act nos Estados Unidos da América, 503

Maurício Gomm F. dos Santos e Ana Carolina Martins Santoro

I. Introdução	503
II. Política de Favorecimento da Arbitragem.....	506
III. Algumas Consequências das decisões da Suprema Corte Americana sobre escopo do FAA.....	514
IV. O Chapter 4 do FAA – <i>Ending Forced Arbitration of Sexual Assault and Sexual Harassment Act</i>	516
V. Outras Propostas Legislativas de alteração do FAA.....	518
VI. Conclusão.....	520
VII. Referências bibliográficas e jurisprudência citada.....	520
Obras e artigos	520
Leis e regulamentos.....	521
Julgados	522

XXX. Trois vertus de l'arbitrage international, 523

Vincent Horsmans, Guy Horsmans e Guillaume Horsmans

Première partie : La vertu de la rencontre et du dialogue	525
Deuxième partie : La vertu de la confiance.....	534
Troisième partie : Les vertus de la vision et de la créativité	543

XXXI. The Russian doll theory under Article V(1)(e) revisited: how politics polluted the judicial hunch, 549

Marika Paulsson e Camila Macedo Simão

I. Introduction	549
II. Yukos awards: the annulment and enforcement layers	550
III. Grounds for annulment and enforcement	552
IV. Remarks on the possible enforcement of the Yukos awards	558
V. Conclusion	568

XXXII. El Orden Público como Causa de Anulación de la Decisión Arbitral, 571

Francisco Prol

I. Generalidades.....	571
II. Posibilidades de impugnación del laudo.....	573
Acción de nulidad.....	573
Otras formas de impugnación del laudo	575
III. Concepto de orden público	576
Concepto.....	576
Figuras afines.....	579
IV. Conveniencia de precisar el alcance de la noción de orden público...581	
V. El origen de la inquietud sobre la extensión del control; la posición del TSJ e Madrid	584
VI. Las recientes sentencias del tribunal constitucional (sobre la extensión del control del laudo).....	585
VII. Tendencias actuales en relación con la extensión del control de la validez del laudo por el juez	588
VIII. Conclusiones	590

XXXIII. Efficiency. What Else? Efficiency as the Emerging Defining Value of International Arbitration: between Systems Theories and Party Autonomy, 593

Loukas Mistelis

I. Introduction and theoretical framework.....	593
II. Origins of efficiency and its establishment as a value of international arbitration	598
1. Origins and justification of efficiency mandate.....	599
2. Efficiency as a Value of International Arbitration.....	603
III. Role of arbitrators	606
1. Power and Duties of Arbitrators.....	607
2. Balancing due process, fairness and efficiency- the due process paranoia.....	610
3. Effective and efficient management of the arbitration process.....	612
IV. Concluding remarks: the efficiency paradigm	616